
PERSPECTIVAS PARA O SETOR AGRÍCOLA DA UNIÃO EUROPÉIA NA PRÓXIMA DÉCADA

1 - INTRODUÇÃO

Em recente ciclo de palestras promovido pela Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE) foi apresentado um interessante painel sobre as perspectivas agrícolas para a União Européia (UE) para a próxima década. A apresentação levou em consideração as perspectivas de longo prazo em um cenário sem a adoção de reforma na Política Agrícola Comum (PAC) dos países membros, reforma esta que vem sendo considerada no âmbito de uma proposta de mudanças agrícolas estruturais denominada Agenda 2000. Em seguida, o painel procurou introduzir algumas das principais proposições desta Agenda. O propósito deste texto é dar conhecimento do exercício realizado por aquela Organização, bem como dos principais pontos da proposta de reforma da PAC apresentados naquela oportunidade. Não constitui objetivo deste artigo, no entanto, a preocupação em analisar ou avaliar os possíveis reflexos e conseqüências do que foi apresentado sobre mercados ou países interagentes com aquela União.

Assim, inicialmente, serão descritas aqui as perspectivas agrícolas de longo prazo no **status quo** atual para, em seqüência, serem relatados os principais pontos da proposta Agenda 2000 referentes aos produtos apresentados. Ao final do texto, procurar-se-á tecer algumas conclusões sobre o tema apresentado.

2 - AS PERSPECTIVAS DE LONGO PRAZO EM UM AMBIENTE SEM REFORMAS

Com relação à produção de cereais na UE, espera-se um aumento da produtividade, embora a uma taxa menor do que a verificada nos últimos anos. O aumento da produtividade sem redução na área plantada certamente levará ao crescimento da produção. Uma vez que se espera que o aumento do consumo dar-se-á a taxas inferiores à da produção e tendo em vista a reduzida possibilidade de se contar com orçamento e condições políticas favoráveis para exportações subsidiadas, deverá haver aumento nos estoques. Dessa forma, estima-se que os estoques de cereais da UE poderão alcançar 60 milhões de toneladas por volta do ano 2006. No que tange à produção e consumo mundiais, espera-se um aumento da demanda por cereais, gerando uma perspectiva favorável para os países exportadores. Os preços deverão situar-se em níveis mais elevados do que os que vigoraram no início desta década. Entretanto, estes não serão suficientes para permitir grandes exportações da UE sem subsídios.

Com relação às oleaginosas na UE, prevê-se algum ganho de produtividade, especialmente para canola. A área plantada deverá ser limitada por acordos já existentes, que garantem a produção somente para uma área máxima de 5,5 milhões de hectares. Sobre esta extensão, no entanto, ainda deverá ser aplicada uma redução de área ("set aside") igual à dos cereais (no mínimo 10%). O consumo interno de oleaginosas continuará a ser muito maior do que a produção, fazendo com que a UE permaneça como um grande importador líquido. Em termos mundiais, a expectativa é por forte demanda e preços elevados.

No que diz respeito à carne bovina, a produção deve-

rá estagnar-se ou apresentar pequena redução no longo prazo, com movimentos cíclicos de 5 a 6 anos. Atualmente, o consumo se encontra bastante reduzido em função da "doença da vaca louca". Espera-se uma recuperação deste para níveis próximos aos anteriores à crise somente após o ano 2000. A produção superior ao consumo deverá resultar em acúmulo de estoques, uma vez que as possibilidades de exportações subsidiadas são muito remotas. Estima-se que o volume destes estoques poderá alcançar entre 1 e 1,5 milhão de toneladas em 2006. Com relação aos demais mercados mundiais, são esperados aumentos de demanda e de exportações e, conseqüentemente, pressão altista sobre os preços. Estes porém deverão situar-se em níveis abaixo dos atualmente vigentes na UE.

De acordo com as previsões da OCDE, que não contemplam aumento de quotas, a produção de lácteos na UE deverá apresentar uma pequena redução na quantidade, porém, com um ligeiro incremento no teor de gordura dos produtos. Também prevê-se uma pequena redução no consumo interno, expresso em equivalente-leite. A possibilidade de exportações subsidiadas, especialmente de queijos e leite em pó desnatado, deverá reduzir-se em função das restrições impostas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). No caso da manteiga, em particular, não se vislumbra problemas com a OMC; no entanto, as dificuldades deverão ocorrer pela baixa absorção do mercado, mesmo com exportações subsidiadas. Como resultado, há uma pequena possibilidade de acúmulo de novos estoques de intervenção para leite em pó desnatado e manteiga. Em termos mundiais, há boas perspectivas para o crescimento da demanda geral por lácteos e para uma expansão moderada no comércio internacional, especialmente de queijos e de alguns produtos frescos. Os preços deverão se mostrar em alta, mas ainda se manterão abaixo dos atualmente em vigor na UE (com a exceção de determinados tipos de queijo e produtos frescos).

Com relação ao panorama para o mercado vinícola, já se verifica redução de área, porém, em um ritmo mais lento do que o constatado no período 1976-1996. Assume-se que a produtividade deverá manter-se nos níveis atuais, com ligeiro incremento em algumas áreas específicas de produção. Desprezando-se a possibilidade de alteração devido a fatores climáticos, a produção deverá manter-se relativamente estável, em torno de 158 milhões de hectolitros anuais. O consumo na UE deverá manter-se em tendência declinante, porém, em ritmo inferior ao verificado nos últimos vinte anos. Como decorrência da abertura de mercado propiciada pelos acordos da Rodada Uruguai, estima-se um aumento das importações provenientes de terceiros mercados, que poderão superar 6 milhões de hectolitros anuais. As exportações também deverão sofrer um pequeno incremento, alcançando cerca de 11 milhões de hectolitros.

Quanto às estimativas vinícolas para os demais mercados, prevê-se queda de consumo nos países produtores e aumento em países com elevado crescimento econômico.

Como resultado de redução no consumo, espera-se redução na produção, com exceção da Austrália. Prevê-se também a entrada de novos exportadores no mercado e de aumento de exportações por parte de países com menor participação relativa, fatos estes que poderão vir a ameaçar a posição de liderança da UE.

3 - AS PROPOSTAS DE REFORMA DA AGENDA 2000

A Agenda 2000 constitui um compromisso assumido pela UE de aprofundar e ampliar as reformas estruturais adotadas na PAC a partir de 1992. Nesse sentido, propõe, basicamente, mudanças na condução da política de preços de suporte, substituindo-a por pagamentos diretos aos produtores. Adicionalmente, preconiza o estabelecimento de uma política agrícola consistente com o processo de reformas.

No contexto das reformas sugeridas, a OCDE preocupou-se em estabelecer objetivos a serem perseguidos pelos países da UE na execução de sua PAC. Dentre estes merecem destaque: a melhoria da competitividade sobre os mercados interno e externo; a garantia e melhoria da segurança alimentar e dos padrões de qualidade dos alimentos; a integração de objetivos ambientais à PAC; a contribuição para a criação de renda alternativa ou complementar, bem como de oportunidades de emprego em áreas rurais; o apoio e contribuição para a coesão econômica dentro da União Européia; a simplificação da legislação pertinente; e a garantia de um adequado padrão de vida para as comunidades agrícolas, assim como a contribuição para a estabilidade da renda agrícola.

No que diz respeito à produção de grãos, a proposta da Agenda 2000 estipula uma redução de 20% no preço de intervenção dos cereais. Por outro lado, propõe um aumento de 22% no subsídio pago diretamente ao produtor. Comportamento semelhante deverá ser adotado em relação às oleaginosas, porém, ainda sem definição de valores. Com referência à política do "set aside", fixa em 0%, por tempo indeterminado, o subsídio adicional pago pela ociosidade da terra, extinguindo o "set-aside" compulsório extraordinário, permitindo, no entanto, a ociosidade agrária voluntária. A proposta introduz o pagamento suplementar para lavouras de alto valor protéico, bem como mantém os suplementos atuais para trigo duro.

No que tange à carne bovina, a Agenda propõe a redução gradual de 30% nos preços de suporte à comercialização e a substituição da política de intervenção direta por um sistema privado de armazenagem. Por outro lado, acena com a possibilidade de reajustes nos pagamentos diretos ao produtor variando de cerca de 50% a 170%.

Com relação aos lácteos, propõe a extensão do regime de quotas até 2006, uma maior flexibilidade do sistema, o fortalecimento dos produtores ativos e a criação de um novo subsídio direto, por vaca leiteira, ajustado à produtividade

média da UE. Em contrapartida, a proposta estabelece a redução de 10% nos preços gerais de suporte, a ser executada gradualmente.

4 - CONCLUSÕES

As perspectivas da OCDE para o setor agrícola da UE na próxima década indicam uma situação favorável para a produção de cereais e oleaginosas e relativamente desfavorável para carne bovina, lácteos e vinhos. Com relação às perspectivas para os demais mercados internacionais, espera-se um desempenho positivo nos cereais, oleaginosas, carne bovina e lácteos. A exceção deverá ser o subsector vinícola, onde se espera queda de consumo, produção e exportações.

No que tange às propostas da Agenda 2000 para os países da UE, observa-se claramente a intenção de redução nos preços de suporte para os principais produtos e uma compensação através do aumento nos subsídios pagos diretamente aos produtores.

Caberia aqui, então, uma reflexão sobre se esta nova orientação de política agrícola atenderia de fato aos objetivos dos acordos celebrados no âmbito da Rodada Uruguai do GATT, visando uma efetiva redução dos subsídios agrícolas. Aparentemente, as alterações que estão sendo propostas indicam mais uma mudança na forma de concessão de subsídios do que um esforço concreto para sua significativa redução.

Marcelo F. Guimarães
Secretaria de Política Agrícola.